

Desenvolvimento de valores inclusivos no ensino fundamental

Developing inclusive values in elementary school

DOI:10.34117/bjdv8n10-326

Recebimento dos originais: 26/09/2022

Aceitação para publicação: 30/10/2022

Janaila dos Santos Silva

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Endereço: Av. Manoel Severino Barbosa, Bom Sucesso, Arapiraca - AL

E- mail: janaila.silva@arapiraca.ufal.br

Débora Araújo do Nascimento

Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Endereço: Av. Manoel Severino Barbosa, Bom Sucesso, Arapiraca - AL

E-mail: debora10-araujo@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é resultado de experiências pedagógicas realizadas na Escola Municipal de Tempo Integral Zélia Barbosa Rocha, situada em Arapiraca - AL, no período de novembro de 2014 a fevereiro de 2015. Nesta escola foram realizadas as atividades referentes ao Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas/*Campus* Arapiraca. Buscaremos discutir as experiências pedagógicas envolvendo bolsistas, supervisoras e alunos referentes à participação no projeto “Desenvolvimento de valores no ensino fundamental: estratégias pedagógicas com turmas de 2º ano”, com o qual buscamos compreender os sentidos e significados que as crianças atribuem a sentimentos e valores socialmente estabelecidos. Destacamos nesse artigo o desenvolvimento de valores sobre o respeito às diferenças, especialmente aquelas relativas à deficiência. Como bolsistas, durante as intervenções, buscamos oportunizar situações nas quais os alunos experimentassem as diferenças, desmitificando concepções prévias acerca do sujeito com cegueira, surdez ou deficiência motora. Para tanto, discutimos as deficiências sensoriais a partir do conhecimento prévio dos alunos incorporando novas informações, para a ampliação do olhar acerca da deficiência. Realizamos também um conjunto de experiências pedagógicas de caráter lúdico, em que os alunos tinham a oportunidade de vivenciar algumas situações semelhantes ao cotidiano das pessoas com deficiência. Percebemos que tais atividades contribuíram para o fortalecimento dos laços afetivos de parceria na construção de um conhecimento mais amplo sobre o viver com deficiência em geral, bem como sobre os recursos de aprendizagem, desfazendo preconceitos e estereótipos, e contribuindo para a qualidade das interações humanas entre os diferentes no espaço escolar.

Palavras-chave: diferenças, inclusão escolar, valores.

ABSTRACT

This article is the result of pedagogical experiences conducted at Escola Municipal de Tempo Integral Zélia Barbosa Rocha, located in Arapiraca - AL, in the period from

November 2014 to February 2015. In this school, activities related to the Program for Scholarship Initiation to Teaching (PIBID) of the Pedagogy course of the Federal University of Alagoas/Arapiraca Campus were carried out. We will discuss the pedagogical experiences involving scholarship recipients, supervisors and students regarding the participation in the project "Development of values in elementary school: pedagogical strategies with 2nd grade classes", with which we seek to understand the senses and meanings that children attribute to feelings and socially established values. In this article we highlight the development of values about respecting differences, especially those related to disability. As research fellows, during the interventions, we tried to provide opportunities for situations in which students could experience differences, demystifying previous conceptions about blind, deaf, or physically challenged people. To this end, we discussed the sensory disabilities based on the students' previous knowledge, incorporating new information to expand their view of disability. We also carried out a set of pedagogical experiences of a ludic nature, in which the students had the opportunity to experience some situations similar to the daily life of people with disabilities. We noticed that such activities contributed to the strengthening of the affective bonds of partnership in the construction of a broader knowledge about living with disabilities in general, as well as about learning resources, undoing prejudices and stereotypes, and contributing to the quality of human interactions between different people in the school space.

Keywords: differences, school inclusion, values.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute sobre a demanda social que acarreta assim, uma demanda legal em torno dos direitos das pessoas com deficiência. Pois, embora alguns avanços tenham sido alcançados, as pessoas com deficiência ainda representam um segmento social marginalizado, cujos direitos muitas vezes são ignorados ou violados em todo o mundo. Dessa forma, faz-se necessário contribuir com o desenvolvimento de valores voltados ao reconhecimento e respeito às diferenças. Dessa forma, com base neste entendimento, buscou-se desenvolver o Projeto "Desenvolvimento de valores no ensino fundamental: estratégias pedagógicas com turmas de 2º ano" que organizou as ações do PIBID no período de novembro de 2014 a fevereiro de 2015.

Este Projeto emergiu a partir de observações realizadas ao longo das intervenções do PIBID, onde notou-se a necessidade de se discutir a diversidade humana como meio de propiciar o desenvolvimento de valores voltados ao respeito às diferenças, com destaque para a questão da deficiência sensorial. Assim, inicialmente realizou-se uma reunião organizativa com coordenadora, supervisoras e bolsistas, dando forma ao projeto mencionado.

Vale lembrar que o PIBID é um programa do Ministério da Educação gerenciado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que visa o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. Uma das principais características deste Programa é o trabalho coletivo, que conta com a participação de coordenadores, supervisores e bolsistas, o que proporciona uma “troca de saberes” bastante significativa para a formação dos licenciandos, bem como na formação continuada de coordenadores e supervisores.

Consideramos que a escola é um espaço privilegiado para se oportunizar experiências valorativas e significativas que promovam o desenvolvimento de valores. Nesse sentido, a orientação metodológica do projeto em debate foi a pesquisa-ação. Com tal metodologia, buscou-se intervir no contexto escolar, como também compreendê-lo, com vistas a contribuir com uma modificação qualitativa, potencializando as relações humanas ali inseridas. A pesquisa-ação permite a construção de um conhecimento articulado com uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Esse processo de conhecimento do contexto e de sua trama de relações se deu com uma observação sistemática com registro das aulas, reuniões, diário de campo e inserção no cotidiano dos alunos e professores. Faz-se importante ainda destacar que as intervenções aconteceram em forma de aulas – com planejamento prévio - em duas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, uma vez por semana.

A temática das diferenças e da inclusão da pessoa com deficiência sensorial foi desenvolvida através de uma aula que recebeu o título de “Além da visão e da audição”, com vistas a contribuir com a minimização de barreiras atitudinais que impedem os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência bem como promover o respeito pela sua dignidade. Sendo assim, nosso relato e reflexão teórica serão apresentados a seguir.

2 CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO DE VALORES VOLTADOS AO RESPEITO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Como sabemos, o movimento pela sociedade inclusiva é internacional. Educadores, familiares e as próprias pessoas com deficiência, atualmente mais organizados politicamente, têm protagonizado reivindicações de seus direitos garantidos por leis, mas que frequentemente são transgredidos. A proposta de Educação Inclusiva começou a ser objeto de discussão em meados da década de 90, opondo-se à concepção de integração proposta na legislação.

Se por um lado, já não vivemos como na Antiguidade, em que as pessoas com deficiência eram exterminadas, abandonadas e segregadas; por outro, atualmente ainda são vigentes as práticas de exclusão, que continuam acontecendo, ainda que de forma velada. Tal realidade aponta para a necessidade de se discutir, pesquisar, investigar esta temática fundamental aos educadores em nossos dias.

A sociedade democrático-liberal prega a “igualdade” de forma a desconsiderar as diferenças. Embora, como afirma Arantes (2006, p. 17):

Tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo.

Nessa perspectiva é importante estar atento à relação inclusão e exclusão e, para que haja uma inclusão de fato, precisamos considerar as diferenças sem segregar ou discriminar os alunos com deficiência.

Segundo Sasaki (2003 apud GUEDES, 2007, p. 32) existem seis aspectos sob os quais é possível eliminar as barreiras vinculadas em torno das pessoas com deficiência: arquitetônico, comunicacional, metodológico, instrumental, programático e atitudinal. Estas constituem-se em barreiras visíveis e invisíveis na sociedade que dificultam a inclusão das pessoas com deficiência.

A barreira atitudinal é um exemplo de uma barreira invisível que se materializa de muitas formas. Apresenta-se, por exemplo, sob a forma de atitudes de preconceito e discriminação por parte da sociedade, sob a forma de um olhar, um gesto de recusa em dialogar e várias formas sutis de tornar o outro invisível nas relações de pertencimento social.

A barreira atitudinal é responsável por potencializar a ação das demais barreiras e suas consequências não afetam apenas às pessoas com deficiência, pois revelam a intolerância ao diferente e negam a própria diversidade humana.

Em uma sociedade que preza tanto a padronização, torna-se realmente um desafio pregar a inclusão, pois essa considera as diferenças e isto com certeza contraria a ideia vigente de igualdade. A padronização defendida pela sociedade democrático-liberal constitui-se também em uma barreira atitudinal, pois na verdade, é uma forma disfarçada de discriminação. É notável que a sociedade precisa avançar no debate que polariza padronização do ensino e atendimento às diferenças nas contradições que persistem no entendimento sobre Educação Especial e Educação Inclusiva. A primeira não pode ser

vista como um subsistema da segunda. Não podemos continuar segregando com o mote de que as pessoas com deficiência precisam de atendimento particularizado. Elas precisam sim de uma atenção especializada, mas dentro do paradigma da inclusão, que vai além de integrar ou conviver no mesmo espaço, mas sobretudo, envolve o trocar, cooperar, dialogar.

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) declaram que a educação é direito de todos e garante o atendimento educacional especializado. Já a Declaração de Salamanca (1994) que teve por referência a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos (1990) declarou o direito de todos à educação, independente das diferenças individuais. Estas afirmações constituíram-se em grande avanço para o acesso à educação de pessoas com deficiência na rede regular de ensino e o ponto de partida para a inclusão escolar. Agora, é preciso adaptações curriculares, políticas públicas que contemplem medidas pedagógicas que possam garantir o acesso à aprendizagem e ao conhecimento e a permanência deste aluno na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) assinala o ensino especial como uma modalidade que deve perpassar o ensino comum. No entanto, não garante o acesso e a permanência de alunos com deficiência em classes comuns, ao expressar que a educação especial deve ser oferecida “preferencialmente” na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). As Convenções Internacionais acerca da Educação Especial é que são responsáveis por mobilizar as legislações dos outros países, entre eles o Brasil, para se adequarem às propostas estabelecidas dentro da perspectiva da Educação Inclusiva.

Outro impasse encontrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diz respeito à formação mínima exigida ao professor habilitado a ensinar alunos com deficiência:

professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p. 1).

Assim, percebe-se que não há nenhum comprometimento legal que garanta ao profissional uma formação eficaz para que este esteja capacitado a atender alunos com deficiência. As Barreiras Atitudinais começam na própria legislação que são também já um reflexo da sociedade hodierna.

A escola deve se instrumentalizar para atender o aluno deficiente, considerando suas especificidades como prever o próprio Plano Nacional de Educação (2011-2020) o qual aponta adaptações curriculares e arquitetônicas, qualificação dos professores, materiais pedagógicos adequados, ampliação da oferta de atendimento e maior investimento financeiro como algumas das metas previstas para a Educação Especial no Brasil.

Acerca da estruturação das escolas para efetivação de propostas inclusivas, Medeiros (2020, p. 1) realizou uma pesquisa que verificou:

a insuficiência de treinamento / capacitação profissional, para que professores e educadores desenvolvam práticas de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas públicas.

Corroboramos as conclusões de Medeiros (2020), mas destacamos que é preciso desenvolver olhares e atitudes inclusivos por parte das crianças e jovens que não apresentam deficiência também.

As escolas devem considerar as especificidades dos seus alunos com deficiência, sem julgá-los como incapazes, pois tal postura é barreira atitudinal. A inferiorização, segundo Lima & Tavares (2007 apud GUEDES 2007, p. 35), é a crença negativa de que o aluno com deficiência não acompanhará os demais. O que é um grave erro, pois todas as pessoas apresentam ritmos de aprendizagem diferentes ainda que a proposta docente seja coletiva. A baixa expectativa é outro equívoco de muitos professores que subestimam a capacidade de seus alunos, acreditando que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos; prevendo que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular. Assim, ainda que não intencionalmente, muitos professores acabam atuando como agentes de discriminação e contribuindo para o fracasso escolar desses alunos.

Os alunos com deficiência deverão ter direitos e deveres como todos os outros, que estejam dentro de suas especificidades. Portanto, considerar as diferenças é reconhecer as especificidades do aluno deficiente a fim de disponibilizar os meios para que este aluno alcance a finalidade da Educação Inclusiva, a qual é o acesso e permanência a uma educação de qualidade.

Também é relevante pontuar que foi aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1982, um Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de deficiência tendo por finalidade a defesa dos direitos de cidadania no âmbito das

políticas públicas dos países, o qual continua inspirando a elaboração de inúmeras propostas atuais. Dentre as propostas merecem destaque: a prevenção para evitar o surgimento, a proliferação ou o agravamento de deficiências. Esta proposta se assenta sob uma perspectiva clínica que enxerga a pessoa com deficiência como o anormal que precisa ser “curado” ou “corrigido”.

Como afirma Bauman (1991) apud Longman (2007) os que nascem ou se tornam surdos, cegos ou com qualquer outra marca de falta no corpo, precisam ser recuperados sob pena de provocar o desequilíbrio do ambiente. Esta é uma das razões de barreiras atitudinais ainda estarem de pé, quando as políticas públicas se baseiam nesta perspectiva que encena uma universalidade que desconsidera as diferenças e especificidades, estão ampliando possibilidades da perduração dessas barreiras que permanecerão erguidas excluindo socialmente as pessoas com deficiência.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino fundamental, que trata sobre os Temas Transversais, o tema Ética diz respeito a praticamente todos os outros temas tratados pela escola. E mais ainda: diz respeito às relações humanas presentes no interior da escola e àquelas dos membros da escola com a comunidade. Dessa forma, a escola é um espaço privilegiado oferecer uma formação moral ao aluno, o cidadão em formação. É notável que questões relacionadas à Ética permeiam todo o currículo. Assim, é importante tratá-los de forma transversal, para que os alunos não entendam que ética é uma “especialidade”, quando, na verdade, ela diz respeito a todas as atividades humanas.

A afetividade e a racionalidade são considerações norteadoras para o entendimento dos processos psicológicos presentes na legitimação de regras morais. Pois ambas se desenvolvem a partir das interações sociais, desde a infância e durante a vida toda. O preconceito é contrário a um valor fundamental: o da dignidade humana. Segundo esse valor, toda e qualquer pessoa, pelo fato de ser um ser humano, é digna e merecedora de respeito.

Assim, compreendendo que o desenvolvimento de valores voltados ao respeito de pessoas com deficiências constitui-se em uma demanda social e legal urgente em nossa sociedade. Buscamos a partir do projeto “Desenvolvimento de valores no ensino fundamental: estratégias pedagógicas com turmas de 2º ano”, além de compreender os sentidos e significados que as crianças atribuem a sentimentos e valores socialmente estabelecidos oportunizar situações nas quais os alunos puderam experimentar as

diferenças, desmitificando concepções já arraigadas acerca do sujeito com cegueira, surdez ou deficiência motora.

Para tanto, discutimos as deficiências sensoriais a partir do conhecimento prévio dos alunos e, ao mesmo tempo, incorporando novas informações, para a ampliação do olhar acerca da deficiência. Realizamos também um conjunto de experiências pedagógicas de caráter lúdico, em que os alunos tinham a oportunidade de vivenciar algumas situações semelhantes ao cotidiano das pessoas com deficiência. O item a seguir caracteriza melhor as experiências realizadas em uma aula ocorrida no interior da Escola Municipal de Tempo Integral Zélia Barbosa Rocha.

2.1 ALÉM DA VISÃO E DA AUDIÇÃO

Tratou-se de uma aula que teve como objetivo proporcionar reflexões sobre as deficiências sensoriais, tendo início na Biblioteca da escola, reunindo as duas turmas (2° A e B). Assim, inicialmente discutimos o que são as deficiências sensoriais, enfatizando a pessoa cega, surda e cadeirante. Mencionamos informações sobre a existência do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, como uma forma de ter um gancho para introduzir o diálogo com os alunos sobre o tema. Buscamos também exemplificar as formas de comunicação que as pessoas com deficiências sensoriais podem utilizar, chamando atenção para conhecimentos necessários como LIBRAS, BRAILLE para potencializar as trocas e convívio com as diferenças. Para isto, também convidamos um aluno para exemplificar de forma teatral a pessoa cega, enquanto uma das bolsistas faria o papel de sua condutora. Interessante mencionar que neste momento um dos alunos que estavam na plateia disse “coitadinho...”, referindo ao personagem cego interpretado pelo aluno. Nesse momento, discutimos junto aos alunos sobre esta ideia equivocada, que julga a pessoa com deficiência como inferior. Este momento foi coletivamente importante para desmitificarmos o cotidiano de uma pessoa cega, mostrando para os alunos que é possível desenvolver-se e atingir diversas realizações, desde que exista a acessibilidade.

Explicamos ainda, que toda e qualquer pessoa possui alguma limitação e precisamos da colaboração para superar e ir além. Nesse sentido, construímos uma situação, na qual colocamos os livros em cima de uma prateleira alta e questionamos às crianças “você consegue alcançar aquele livro?”. A resposta imediata foi “não”. Nesse sentido, aproveitamos a situação para dialogar sobre usarmos estratégias de colaboração para alcançarmos nossos objetivos. Nosso objetivo como bolsistas do PIBID naquele

momento era ilustrar como as pessoas com deficiência podem alcançar desenvolvimento e aprendizagem, desde que tenham alguns aportes para realizar suas funções.

Em seguida, foi apresentado para os alunos o alfabeto na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e assim uma breve discussão explicando esta forma de linguagem. Logo após apresentamos uma música em LIBRAS, neste momento todos os alunos participaram tentando realizar os sinais. Logo após, foi realizada uma dinâmica em que um aluno com os olhos vendados escolheria para onde desejava ir enquanto o outro iria guiá-lo, para isto, os alunos foram levados ao espaço aberto da escola, enquanto um grupo participava da dinâmica sob a orientação das bolsistas, os demais observavam.

No segundo momento (após o intervalo), os alunos já na sala de aula relataram a experiência que tiveram a partir da dinâmica. Foi comum nos relatos, sentimentos de medo e insegurança pelos alunos que estavam sendo guiados, e falta de atenção pelos que estavam guiando o aluno que fazia o papel da pessoa cega. No entanto, foi observado que houve um aluno que nos surpreendeu ao demonstrar total segurança com sua desenvoltura, e estratégias para guiar bem o que simulava ser o cego.

Em outra dinâmica realizada, um aluno escolhia uma palavra com os olhos fechados e colavam na testa, e outro aluno tentava mostrar ao que tinha a palavra colada na testa qual era esta palavra, através de mímicas. Para esta dinâmica dividimos a classe em duas equipes visando estimular a participação por meio da competição, ainda assim, alguns alunos mostraram dificuldade em fazer a mímica, por vergonha ou insegurança, houve até quem desistisse ou negasse participar da dinâmica. Todas estas reações foram importantes para a experiência dos alunos.

Ainda nesta aula, realizamos mais uma dinâmica, durante a qual organizamos a sala colocando alguns obstáculos com materiais tais como: cadeiras e fitas, no percurso até a sacola de doces. Pois os alunos que participaram tiveram os pés e mãos amarrados e rompendo os obstáculos teriam que alcançar a recompensa: a sacola de doces. Vencia quem chegasse primeiro. Esta como todas as outras dinâmicas visaram oportunizar aos alunos experiências práticas através de dinâmicas de como vive uma pessoa com deficiência sensorial, e com isso, levá-los a refletir sobre o respeito a estas pessoas, afinal além da visão e da audição todos somos humanos. A seguir, no quadro abaixo, estão listadas as dinâmicas realizadas.

Quadro 1 – Dinâmicas para desenvolvimento de valores inclusivos

Aula: Além da Visão e da Audição			
Dinâmicas	Reconhecendo o espaço com os olhos vendados	Qual é a Palavra?	Vencendo os obstáculos
Descrição	Os alunos tinham de reconhecer o espaço escolar sem o auxílio da visão, experienciando o cotidiano da pessoa com deficiência visual. O aluno 1 fazia o papel do cego, enquanto o aluno 2 seria o condutor.	O aluno 1 colava uma palavra na testa, enquanto o aluno 2, sem utilizar a oralidade, tinha que dizer ao aluno 1 qual era a palavra através de mímicas.	Os alunos tinham suas mãos e pés amarrados e precisavam ultrapassar alguns obstáculos propostos para alcançar o prêmio (sacola de confeitos).

Fonte: Diário de bordo das Bolsistas do PIBID – Subprojeto Pedagogia/Campus Arapiraca/UFAL (20142015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a escola é um espaço privilegiado para a formação do futuro cidadão é indispensável que esta desenvolva em seu espaço uma pedagogia inclusiva sem barreiras atitudinais e que dessa forma, contribua para a construção de uma consciência inclusiva e conseqüentemente de uma sociedade inclusiva. Para tanto, é necessário propiciar uma convivência natural com a diversidade humana desde a mais tenra idade. Assim, é responsabilidade também da escola transformar barreiras atitudinais em atitudes inclusivas na tentativa de torná-la um ambiente menos excludente e apto à diversidade humana.

O conjunto de experiências pedagógicas de caráter lúdico, realizados na intervenção, oportunizou aos alunos vivenciarem algumas situações semelhantes ao cotidiano das pessoas com deficiência. Com isso, notou-se que tais atividades contribuíram para o fortalecimento dos laços afetivos de parceria na construção de um conhecimento mais amplo sobre o viver com deficiência em geral. Inicialmente foi percebido alguns estereótipos resultantes de concepções já arraigadas acerca do sujeito com cegueira, surdez ou deficiência motora por parte dos alunos, no entanto, houve espaço para reflexão e reformulações como consequência das dinâmicas realizadas.

Também apresentamos aspectos mais específicos, como a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e os recursos de aprendizagem de pessoas cegas, desfazendo preconceitos e estereótipos, e contribuindo, no limite, para a qualidade das interações humanas entre os diferentes no espaço escolar. Pois, nota-se que as interações diversas contribuem efetivamente com o seu desenvolvimento pessoal e social, e dessa forma, a inclusão escolar não pode limitar-se em simplesmente matricular alunos com deficiência em classes comuns. É necessário atuar para que os alunos sem deficiência tenham atitudes

inclusivas e cooperativas com as pessoas com deficiência, pois o estranhamento que as diferenças ainda causam acaba por fortalecer e manter erguidas barreiras atitudinais que excluem e segregam.

O atual modelo socioeconômico apregoa uma igualdade homogeneizadora que nega as diferenças, pressionando a sociedade para a padronização, e sem dúvida, isto se reflete também no espaço escolar. Dessa forma, esta educação sujeita a este modelo formatador continua a segregar e excluir alunos com deficiência, enquanto a finalidade da educação inclusiva é reconhecer as especificidades do aluno com deficiência à fim de disponibilizar os meios para que este aluno alcance a finalidade da Educação Inclusiva, a qual é o acesso e permanência a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** – LDB. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 Fev 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 10 Fev 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 146p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf> Acesso em: 25 Mar 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10 de outubro de 2022.

FILHO, Edson Nogueira. BARROS, Manoel de. Memórias surdas: a invenção do normóide. In: LONGMAN, Liliane Vieira. **Memórias de Surdos**. Fundação Joaquim Nabuco. Massangana: Recife, 2007.

GUEDES, Livia Couto. **Barreiras atitudinais nas instituições de ensino superior: questão de educação e empregabilidade**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Orgs.) **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MEDEIROS, L. T. C. Educação pública e inclusão nas séries iniciais do ensino fundamental: práticas e enfrentamentos nas escolas em Belém (PA) / Public education and inclusion in elementary school initial grades: practices and challenges on schools in Belém (PA). **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 12178–12198, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n3-180. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/7633>. Acesso em: 10 oct. 2022.